

RELATÓRIO FINAL DA CONSULTORIA

“O PERFIL DOS MEDIA NA GUINÉ-BISSAU”

ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES PROFISSIONAIS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA
GUINÉ-BISSAU

– AMPROCS –



Bissau,
Maio de 2022
Ivanildo Paulo Bodjam - Consultor Individual

RELATÓRIO FINAL DA CONSULTORIA

“O PERFIL DOS MEDIA NA GUINÉ-BISSAU”

Ivanildo Paulo Bodjam

FINANCIADOR



COM O APOIO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA

PARCERIA



TÍTULO

“O PERFIL DOS MEDIA NA GUINÉ-BISSAU”

AUTOR

Ivanildo Paulo Bodjam

FOTO

Arquivo da Rádio Mulher de Bafatá

COORDENACÃO

Paula Melo - AMPROCS

REVISÃO LITERÁRIA

Mamadu Braima Sambú

CAPA E CRIAÇÃO GRÁFICA

360 v2 Sarl

PAGINAÇÃO

360 v2 Sarl

IMPRESSÃO

360 v2 Sarl

DATA

Maio de 2022

O presente estudo foi feito com o apoio financeiro do Camões, I.P. O conteúdo do mesmo é da responsabilidade exclusiva do autor e da organização parceira - AMPROCS. Em nenhum caso se pode considerar como refletindo o ponto de vista do financiador.

RESUMO ANALÍTICO

O presente trabalho, promovido pela **ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES PROFISSIONAIS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – AMPROCS** e financiado pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., através do Fundo de Pequenos Projetos da Embaixada de Portugal em Bissau visa a elaboração de um diagnóstico dos media guineenses, a partir de uma estratégia documentada de bases de dados sobre os meios de comunicação social nacionais, considerando que, na Guiné-Bissau, os dados disponíveis sobre a situação dos media estão dispersos e, às vezes, deslocados no tempo, o que não tem facilitado uma clara compreensão do panorama atual do jornalismo guineense. Por estes motivos, tem sido difícil definir estratégias concretas para responder aos desafios que a comunicação social tem enfrentado nos últimos tempos.

O presente estudo debruçou-se sobre as variáveis que delimitam os dados qualitativos e quantitativos de diferentes instituições que compõem o panorama da comunicação social na Guiné-Bissau.

O trabalho contempla a situação do setor dos media nos últimos três anos, narrando o seu contexto atual, nas suas mais variadas dimensões, começando por uma nota histórica, baseada nos estudos desenvolvidos pelo mestre António Soares Lopes (Tony Tcheka), numa primeira fase, considerando a crucial necessidade de desenvolver um exercício exploratório da literatura existente sobre os media na Guiné-Bissau. Esta abordagem permitiu ainda avaliar não apenas a evolução, mas também os desafios que a comunicação social tem enfrentado ao longo da sua existência.

Na segunda fase, foi possível criar uma base de dados dos media na Guiné-Bissau, entre as rádios, televisões, jornais e outras instituições existentes ligadas ao setor, diagnosticar a situação atual do pessoal que atua nos diferentes órgãos de comunicação social em todo o território nacional, destacando, em primeiro lugar, o quadro legal dos media na Guiné-Bissau, realçando os diferentes instrumentos de regulação do exercício dos profissionais desta área, seguido da identificação de instituições ligadas à Comunicação Social atualmente.

O diagnóstico da situação atual dos media na Guiné-Bissau permitiu descrever os dados, de forma qualitativa e quantitativa, destacando estruturas de dimensões públicas, privadas e comunitárias.

Ao longo do trabalho, foram destacados os constrangimentos que os órgãos de comunicação social enfrentam, o que permitiu fazer uma recomendação curricular, apelando ao exercício de um jornalismo com objetividade, diante das pressões políticas e constrangimentos financeiros.

Abstract

This study was recommended by ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES PROFISSIONALES DE COMUNICACIÃO SOCIAL - AMPROCS, funded by CAMÕES, I.P. - Portuguese Embassy in Guinea Bissau, aiming to acquire a database on media in Guinea-Bissau through the elaboration of a diagnostic study, considering that in Guinea-Bissau the database on media is scarce and needs to be updated. Which has not facilitated a clear understanding of the current situation of Guinea-Bissau's journalism and which have been hindrances to the definition of strategic agendas for the media sector.

This study focused on the variables that delimit the qualitative and quantitative data from different communication organizations in Guinea-Bissau. The study contemplates the situation of the media sector in the last three years, narrating the current context of the media organizations in its various dimensions, highlighting a historical note through the studies developed by former Journalist António Soares Lopes (Tony Tcheka) as an exploratory study of the existing literature on media in Guinea-Bissau. This approach allowed us to evaluate the evolution and the challenges that media have faced in the country.

The second phase of the study was based in survey form application and creation of the media database in Guinea-Bissau, among the radios, televisions, newspapers and description of the current situation of journalists in the different media structures nationwide, highlighting different instruments of media regulation and professional journalist career in Guinea-Bissau.

The overview of the current media situation in Guinea-Bissau allowed describing qualitative and quantitative data about the existing media organizations in the country, as well as public, private and communitarian structures.

The study also emphasized also the constraints faced by media, which allowed for a curriculum recommendation calling for the exercise of journalism with objectivity within the political and financial challenges.

Palavras-chaves: Guiné-Bissau; Media; desafios; jornalismo.

NOTA DE AGRADECIMENTO

Este trabalho reúne um conjunto de capítulos que vieram a constituir o estudo do perfil dos media na Guiné-Bissau. Um estudo recomendado pela Associação das Mulheres Profissionais de Comunicação Social da Guiné-Bissau e financiado pelo Camões, I.P, através da Embaixada de Portugal em Bissau. Foi executado com o apoio do Sindicato de Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social – SINJOTECS e a Rede Nacional das Redes e Televisões Comunitárias - RENARC.

Agradeço profundamente aos intervenientes do setor que aceitaram consagrar o seu tempo para colaborar com o estudo, com uma disponibilidade franca e aberta que muito me apraz registar. Por fim, agradeço aos senhores Fernando Jorge Pereira e Gueri Gomes Lopes, que sempre disponibilizaram o seu tempo para trocar impressões sobre este setor fundamental para a vida do país.

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACEP – Associação para a Cooperação Entre os Povos

AFM – África FM

AGMJ – Associação Guineense de Mulheres Juristas

AMIC – Associação dos Amigos da Criança

AMPROCS – Associação de Mulheres Profissionais de Comunicação Social

ANG – Agência de Notícias da Guiné

ARN – Autoridade Reguladora Nacional

B.O. – Boletim Oficial

CFM – Capital FM

CODEDIC – Coligação das Organizações de Defesa dos Direitos das Crianças na Guiné-Bissau

CONAI – Confederação Nacional de Imprensa

CNCS – Conselho Nacional da Comunicação Social

CRGB – Constituição da República da Guiné-Bissau

FM – Frequência Modelada

JNP – Jornal Nô Pintcha

OCS – Órgãos de Comunicação Social

OJGB – Ordem dos Jornalistas da Guiné-Bissau

PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PPM – Plataforma Política das Mulheres

RDN – Rádio Difusão Nacional

RFI – Rádio França Internacional

RMB – Rádio Mulher de Bafatá

RENAJ-GB – Rede Nacional das Associações Juvenis da Guiné-Bissau

RENARC – Rede Nacional das Redes e Televisões Comunitárias

RSF – Repórter Sem Fronteira

RSM – Rádio Sol Mansi

RCB – Rádio Comunitária de Bafatá

RTP – Rádio Televisão Portuguesa

SINJOTECS – Sindicato de Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social

TGB – Televisão da Guiné-Bissau

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	10
2. PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO ESTUDO	12
2.1. Metodologia	12
2.2. Grupo-alvo	14
3. NOTAS PRÉVIAS SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO DOS MEDIA NA GUINÉ-BISSAU: António Soares Lopes (Tony Tcheka)	15
4. QUADRO LEGAL DOS MEDIA NA GUINÉ-BISSAU	17
4.1. Regulação dos órgãos de comunicação social nacional	18
4.2. Análise jurídica sobre a regulação de media online	22
5. INSTITUIÇÕES LIGADAS À COMUNICAÇÃO SOCIAL	24
5.1. Organizações da classe jornalística	24
5.2. Instituições Reguladoras	25
5.3. Produtora gráfica	27
5.4. Empresas de Telecomunicação	27
6. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DOS MEDIA NA GUINÉ-BISSAU	28
6.1. Órgãos públicos (rádios, jornais, televisão)	28
6.1.1. Situação atual dos órgãos públicos de comunicação social	29
6.2. Situação atual dos órgãos privados de comunicação social	32
6.3. Situação atual dos órgãos comunitários de comunicação social	37
6.4. Quadro de habilitação geral dos profissionais de comunicação social na Guiné-Bissau	39
6.5. Media-Online	44
6.6. Retransmissores de conteúdos dos media na Guiné-Bissau	45
7. CONSTRANGIMENTOS QUE OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ENFRENTAM	47
7.1. Dimensão sociopolítica	48
7.2. Dimensão económica e financeira	48
7.3. Principais necessidades dos media na Guiné-Bissau	50
7.4. Qualidade da informação versus liberdade de imprensa e de expressão na Guiné-Bissau	51
8. RECOMENDAÇÕES – um jornalismo com objetividade é possível diante das pressões políticas e financeiras	54
9. CONCLUSÃO	56
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
11. ANEXOS	59

1. INTRODUÇÃO

O Estudo do Perfil dos Media na Guiné-Bissau compreende o período de março e maio de 2022. Estudo recomendado pela AMPROCS - Associação de Mulheres Profissionais de Comunicação Social tem como objetivo principal elaborar um diagnóstico sobre os media guineenses, reforçando a sua ação de forma mais informada. Este estudo diagnóstico irá permitir ter uma visão abrangente da situação dos órgãos de comunicação social no país, para informar e facilitar a montagem do sistema de monitoria sobre liberdade de imprensa.

Na mesma sequência lógica, o presente estudo visa ter uma compreensão mais abrangente sobre a situação dos media na Guiné-Bissau, o que irá incluir as seguintes componentes:

- Análise descritiva dos Órgãos de Comunicação Social (OCS) na Guiné-Bissau e a sua trajetória no contexto histórico nacional;
- Narração do ponto de situação dos mesmos, constrangimentos e necessidades em diferentes dimensões;
- Recomendações de estratégias viáveis para os media diante dos seus desafios atuais.

Nesta perspetiva, o estudo procurou congregar informações cruciais sobre o perfil dos meios de comunicação social na Guiné-Bissau, descrevendo o atual panorama da imprensa e, conseqüentemente, fornecer informações necessárias para intervenções de apoio à classe jornalística e facilitar a definição de políticas públicas para o sector dos media.

O Estudo baseou-se num crítico processo de recolha de informação, aplicando questionários e entrevistas semiestruturadas, envolvendo órgãos de comunicação social (rádios, jornais e televisões), públicos, privados e comunitários; organizações de profissionais e de apoio, informantes-chave como gestores de media, pessoal da comunicação, antigos jornalistas, e outros.

Foram utilizados 4 tipos de questionários, entrevistas e foi explorada a literatura existente sobre a mesma matéria. Foram registados um total de 150 depoimentos.

1.1. Estrutura do Trabalho

O Estudo apresenta a seguinte estrutura:

- I. Introdução
- II. Capítulo 2 – Desenvolvimento contextual dos objetivos do Estudo, detalhes da metodologia e descrição do grupo-alvo do Estudo.
- III. Capítulo 3 – Notas prévias sobre o contexto histórico segundo António Soares Lopes (Tony Tcheka) – breve resumo sobre o surgimento dos órgãos de comunicação social na Guiné-Bissau, partindo do estudo publicado pelo autor, em 2015.
- IV. Capítulo 4 – Estudo do quadro legal dos media existentes atualmente no país em matéria de comunicação social – leis, políticas e outros instrumentos de regulação dos media.
- V. Capítulo 5 – Diagnóstico da Situação: principais resultados do processo de recolha de informação junto do grupo-alvo, sendo apresentado um diagnóstico contextual dos media, as suas necessidades e constrangimentos identificados.
- VI. Capítulo 6 – Recomendações: exercício do jornalismo com objetividade diante das pressões políticas e financeiras, considerações básicas capazes de assegurar um exercício profissional do jornalismo, com objetividade, à luz dos ditames éticos e deontológicos, face às influências externas negativas.
- VII. Capítulo 7 – Conclusões: resultado do processo de recolha de informação, enquanto se examinavam os respetivos dados, facilitador da definição de algumas recomendações e propostas de possíveis soluções para fazer face aos constrangimentos e obstáculos identificados.

2. METODOLOGIA APLICADA DURANTE O ESTUDO

2.1. Metodologia

O presente estudo compreende 5 etapas fundamentais, a saber:

Etapa-I: exercício conjunto de identificação do grupo-alvo;

Etapa-II: diagnóstico

Etapa-III: tratamento de dados;

Etapa-IV: apresentação e debates com os diferentes grupos-alvo;

Etapa-V: paginação e impressão da versão final do estudo diagnóstico.

Numa primeira etapa, foi feito um estudo exploratório da literatura existente sobre os media na Guiné-Bissau. Tratou-se de uma atividade metodológica que permitiu avaliar a evolução e os desafios que a comunicação social terá registado ao longo da sua existência e do seu funcionamento, o que, conseqüentemente, facilitou no processo de identificação de problemas e dos grupos-alvos do estudo.

Na segunda fase, e mediante aplicação de questionários, foi possível criar uma base de dados dos media na Guiné-Bissau: rádios, televisões, jornais e outras instituições de comunicação social existentes no país. Por outro lado, possibilitou a realização de um diagnóstico da situação atual do pessoal que atua nos diferentes órgãos de comunicação social em todo o território nacional, destacando em primeiro lugar o quadro legal dos media na Guiné-Bissau, o que inclui a análise estrutural e funcional de diferentes instrumentos de regulação da vida dos profissionais desta área.

O diagnóstico da situação atual dos media na Guiné-Bissau através deste estudo, teve início no dia 31 de março de 2022, no setor de São Domingos, região de Cacheu, concretamente na Rádio Kasumai, através do preenchimento de um questionário individual. Esta etapa permitiu descrever os dados de forma qualitativa e quantitativa, segregando-os em estruturas de dimensões públicas, privadas e comunitárias.

Nesta etapa, foi possível fazer entrevistas com diferentes individualidades, organizações profissionais da classe jornalística e assessorias ministeriais.

A etapa subsequente incidiu sobre a compilação dos dados recolhidos numa folha de cálculo, utilizando diferentes ferramentas de gestão de dados, que ajudaram no processo de filtragem dos mesmos, em função das suas naturezas diversas.

No dia 04 de maio de 2022, em Bissau, num encontro promovido pela Associação das Mulheres Profissionais da Comunicação Social – AMPROCS, tomaram parte 32 participantes, entre jornalistas e técnicos de comunicação social de órgãos públicos e privados dos diferentes quadrantes (rádio, televisão, imprensa escrita), algumas individualidades e instituições que atuam na área dos media e dos direitos humanos, o que terá contribuído para a validação parcial do esboço do relatório final da presente consultoria, tendo sido elaboradas sugestões para o aperfeiçoamento do documento.

Para os trabalhos de paginação e impressão da versão final do estudo diagnóstico, foi contratada uma produtora individual, que se envolveu no processo de tratamento final do texto e todo o arranjo gráfico do presente relatório.

Tabela – I: Lista de instituições que participaram no encontro de validação do relatório provisório do estudo.

Data	Local	Instituição	Número de participantes
04/05/2022	Casa dos Direitos	Rádio Bombolom	1
		Tiniguena	1
		ONG – FAZER+	3
		Rádio Sol Mansi	1
		TV Quelelé	1
		PPM	1
		ACEP	2
		RENAJ-GB	2
		AMPROCS	2
		AMIC	1
		CODEDIC-GB	1
		Jornal Última Hora	1
		INDEP	1
		RENARC/CMICS	1
		ANG	1
		A.G.M.J.	1
		LGDH	8
TGB	1		
CFM	1		
Rádio Jovem	1		

2.2. Grupo-alvo

O grupo-alvo deste estudo inclui os diferentes tipos de órgãos de comunicação social nacional: rádios, jornais e televisões, instituições de concertação e apoio à classe jornalística, autoridades reguladoras, empresas de telecomunicação, gráficas, informantes-chave e assessores de imprensa ministeriais. Feito o levantamento dos meios de comunicação social, todos eles foram convidados a participar no Estudo.

3. NOTAS PRÉVIAS SOBRE O SURGIMENTO DOS MEDIA NA GUINÉ-BISSAU - segundo António Soares Lopes (Tony Tcheka)

O estudo sobre os media na Guiné-Bissau, publicado em 2015, destacou o contexto histórico em que surgiram os órgãos de comunicação social na Guiné-Bissau, partindo da imprensa escrita e continuando com a rádio.

Para o autor, o surgimento da imprensa na Guiné-Bissau está intimamente ligado à instalação de uma tipografia em Bolama, em 1879, que seria mais tarde designada por Imprensa Nacional da Guiné-Bissau. Foi nesta unidade que se constituiu o primeiro grupo de tipógrafos guineenses; a maior parte deles com instrução primária. Mais tarde, muitos deles acabaram por ser perseguidos, presos e alguns até mortos, por alegada ligação aos nacionalistas, como é o caso de Domingos Badinca, considerado herói nacional. A 31 de outubro de 1883, foi ali, em Bolama, editada a primeira publicação, “*Fraternidade*” - dedicada à sensibilização e recolha de fundos para socorrer as vítimas da seca que tinha ocorrido, nesse mesmo ano, em Cabo-Verde.

A mesma fonte afirma que, um ano depois da criação daquela Tipografia, em 1880, começou a ser editado o *Boletim Oficial da Guiné*, que teve uma assinalável longevidade, tendo sido apenas interrompida em 1974, com o fim do regime colonial e a implantação da República da Guiné-Bissau. Com a instalação dos serviços públicos da jovem nação foi retomada e a sua impressão continuou ali a ser feita durante muitos anos.

A obra citou o artigo “O Comércio da Guiné”, escrito em 1930, do advogado Armando António Pereira, na qualidade do primeiro periódico editado e dirigido por um guineense. Embora tenha tido uma vida curta, pois encerrou logo no ano seguinte, este periódico congregou à sua volta figuras de relevo da sociedade guineense, como o poeta Fausto Duarte (coordenador de um dos Anuários da Guiné-1946), Alberto Pimentel, Álvaro Coelho Mendonça, Juvenal Cabral (pai de Amílcar Cabral), João Augusto Silva e Fernando Pais de Figueiredo.

O primeiro jornal diário, e o único, até aos dias de hoje, *O Arauto*, foi publicado em 1942, sob a forma de boletim policopiado, da responsabilidade da Igreja Católica. Com esta imagem, mais tarde, em 1951, retoma a periodicidade diária, que se prolonga até 1968, data em

que deixa de ser publicado, na sequência de períodos difíceis caracterizados por dificuldades técnicas na sua tipografia em Bissau, que contava, apenas, com um pequeno corpo de tipógrafos guineenses.

Para além da imprensa escrita, à altura, a Guiné Portuguesa dispunha igualmente de um serviço de radiodifusão nacional. O “*Anuário da Guiné Portuguesa*”, de 1946, relata nas suas páginas que, em abril de 1944, foi estabelecido um serviço de radiodifusão, dependente da Repartição Central dos Serviços dos Correios, Telégrafos e Telefones (CTT). Dois anos mais tarde, a 9 de outubro de 1946, procedeu-se à reorganização da Estação que passou a designar-se de Emissora da Guiné, fundamenta o escritor guineense **Tony Tcheka**.

A 30 de maio de 1966 a Emissora Nacional de Radiodifusão que emitia a partir da capital portuguesa em onda curta para a Guiné desde os anos 50, recebeu um mandato para instalar um emissor regional na Província da Guiné e apropriar-se do material pertencente à Província, sem que isso significasse o fim das emissões em onda curta. Aliás, estas emissões em onda curta foram, até, otimizadas, com uma maior potência dos seus emissores.

Um serviço especializado designado de Repartição de Assuntos Cívicos e Ação Psicológica (REPACAP), criado em 1971, em Bissau, enquadrado e deu forma à radiodifusão (Emissora Oficial da Guiné Portuguesa). Deste modo, toda a atividade no âmbito da política da *Guiné Melhor*, como resposta a uma teoria desenvolvida pelo Governador-geral António Spínola, que assentava numa maior visibilidade dos guineenses das diferentes camadas sociais.

No final da década de 60, as Forças Armadas, obedecendo ao plano previamente

estabelecido pela Ação Psicológica, desencadeiam uma guerra aberta às ondas de radiofrequência, visando a Rádio Libertação, a Rádio Argel e a Rádio Moscovo (serviços de língua portuguesa). Lançaram, através das antenas da emissora local, o Programa das Forças Armadas - “PFA” também designado por “PIFAS”, pelos seus apresentadores. Um dos objetivos da intervenção na comunicação e propaganda era diminuir a importância das rádios estrangeiras, incluindo a própria BBC de Londres, que tinha muita audiência entre os guineenses e portugueses residentes.

O “PFA” difundia programas em línguas locais e apresentava animação, em direto, dirigida exclusivamente aos militares.

Nos anos 60 e 70, os artistas locais passaram a cantar em crioulo, o que conferiu uma nova dimensão a esta língua cada vez mais utilizada, tanto na informação como na música. A informação era orientada para a contrapropaganda e contava, já nessa altura, com colaboradores locais nas línguas nacionais, incluindo o crioulo. Apresentava programas como “África em Foco”, “Colóquio”, “Tua Terra é Notícia”, “Sete dias em foco”.

Em 1971, já com a coordenação da Repartição de Assuntos Cívicos e Ação Psicológica (REPACAP), e em colaboração com o PFA, utilizando os emissores de ondas curtas e médias da Emissora Oficial da Guiné, registou-se um total de emissões de 2.320 horas. Em 1973, o crioulo duplicou a sua utilização, concluiu o **António Soares Lopes (Tony Tcheka)**.

4. QUADRO LEGAL DOS MEDIA NA GUINÉ-BISSAU

A última obra desenvolvida sobre o quadro jurídico que envolve os meios de comunicação social na Guiné-Bissau, foi um trabalho recomendado pelo extinto Gabinete das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS), através da sua Unidade de Informação Pública (PIU).

Um estudo sobre **“DIREITO DOS MEDIA NA GUINÉ-BISSAU”** da autoria da Consultora Nacional, Carmelita Pires, foi tornado público em março de 2018.

O mesmo documento acrescenta, ainda, o facto de que, com o advento da democracia e a institucionalização do Estado do Direito democrático, foi alargado o âmbito da liberdade de expressão, passando a englobar a liberdade de informação, o direito de informar, de se informar e ser informado; e, também, o direito de resposta e de retificação, e o direito à indemnização por danos sofridos (art.º 51.º da Constituição da República – CRGB). De salientar que, até aos anos 80, a Comunicação Social era monopólio do Estado da Guiné-Bissau.

Segundo a mesma fonte, no início dos anos noventa, é institucionalizada a liberdade de imprensa, cabendo ao Estado, por um lado, garantir um

serviço de imprensa, de rádio e de televisão, independente dos interesses económicos e políticos, que assegurasse a expressão e o confronto das diversas correntes de opinião; e, por outro, assegurar esses serviços e o respeito pelo pluralismo ideológico.

Foi criado um Conselho Nacional de Comunicação Social (CNCS) como órgão independente (art.º 56.º da CRGB). Sendo que, na mesma conjuntura, os partidos políticos passavam a ter direito a tempo de antena na rádio e na televisão, nos termos da lei (art.º 57.º a CRGB), um passo importante no surgimento de várias iniciativas privadas, através da criação de empresas de comunicação social, nomeadamente no domínio das rádios e jornais; às quais se vêm, depois, acrescentar, iniciativas que conduziram à proliferação das rádios comunitárias.

4.1. Regulação de órgãos de comunicação social nacional

Até 2018, período em que se publicou o relatório do estudo “DIREITO DOS MEDIA NA GUINÉ-BISSAU” – Carmelita Pires, março de 2018, os media na Guiné-Bissau eram regulados pelos seguintes instrumentos legais:

1. **A Constituição** da República da Guiné-Bissau através dos princípios e direitos fundamentais dos cidadãos com destaque para a liberdade de expressão;
2. **Direito Internacional e Convencional**: os principais instrumentos jurídicos, normas relevantes e jurisdição;
3. **Direito interno**: as principais leis sobre o enquadramento legal dos media, publicadas no Boletim Oficial n.º 25, de 25 de junho de 2013, denominadas “Pacote da Comunicação Social”:
 - 3.1- Lei da Imprensa Escrita e de Agência de Notícias – N.º 1/2013;
 - 3.2- Lei da Liberdade de Imprensa – N.º 2/2013;
 - 3.3- Lei da Televisão – N.º 3/2013;
 - 3.4- Lei da Radiodifusão – N.º 4/2013;
 - 3.5- Estatuto do Jornalista – N.º 5/2013.
 - 3.6- Lei da Publicidade – N.º 6/2013;
 - 3.7- Lei do Direito de Antena e Réplica Política – N.º 7/2013;
 - 3.8- Lei do Conselho Nacional de Comunicação Social – N.º 8/2013;

Ainda se pode integrar nessa análise as normas do direito interno, complementar de outras normas relevantes e jurisdição em Direito da Comunicação Social. Neste âmbito destaca-se, ainda:

- Lei de Bases das Tecnologias de Informação e Comunicação – Lei N.º 5/2010, de 27 de maio de 2010;
- Código Civil – Decreto-Lei n.º 47.344, de 25 de novembro de 1966;
- Código do Processo Civil – Decreto-Lei n.º 323/70, de 2 de setembro de 1970;

Contudo, importa frisar que, ainda sob o regime do partido único – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), a Guiné-Bissau havia implementado, dois anos antes, uma política de liberalização comercial e tendo decidido renunciar ao estatuto de Partido único, o Parlamento (Assembleia Nacional Popular) aprovou cinco leis que marcaram a mudança do regime, e estabeleceram as bases para o funcionamento do setor da comunicação social:

1. Lei da Imprensa (Lei Nº 4/91);
2. Lei do Estatuto do Jornalista (Lei Nº 5/91);
3. Lei do Conselho Nacional da Comunicação Social (Lei Nº6/91);
4. Lei de Acesso dos Partidos Políticos aos Órgãos de Comunicação Social (Lei Nº7/91);
5. Lei da Liberdade Sindical (Lei Nº8/91);

No dia 5 de abril de 2017, o Estado da Guiné-Bissau produziu um despacho conjunto entre os ministérios da Comunicação Social e da Economia e Finanças relativo à reintrodução de pagamento para atribuição de licença provisória aos órgãos de comunicação social, de acordo com a tabela que se segue.

Tabela – II: Folha de pagamentos semestrais aos media na Guiné-Bissau.

#	ÓRGÃO	Valor (xof)
1	Estação televisiva de cobertura nacional	7.000.000
2	Estação televisiva de cobertura comunitária	2.000.000
3	Renovação da licença provisória da televisão	1.000.000
4	Estação radiofónica de cobertura nacional	1.500.000
5	Estação radiofónica de cobertura comunitária	250.000
6	Renovação da licença provisória da rádio	250.000
7	Publicação e periódicos	250.000
8	Autorizações de filmagens	500.000

Na mesma sequência da regulação dos media na Guiné-Bissau, em 2018, as associações sindicais da classe jornalística, nomeadamente, o Sindicato dos Jornalistas e Técnicos de Comunicação Social (SINJOTECS) e a Ordem dos Jornalistas da Guiné-Bissau (ODJGB), aprovaram a proposta do código deontológico para a regulação das atividades dos profissionais de comunicação social nacional, fundamentando que a classe jornalística guineense acredita que o esclarecimento público é fundamental para a promoção da justiça e a afirmação da democracia. Considera-se, ainda, que o cidadão tem direito a uma informação exata, pluralista e imparcial, com vista a poder exercer os seus outros direitos, satisfazer as suas necessidades essenciais e realizar as suas aspirações. Para as referidas organizações sindicais “esses direitos não podem ser realizados sem a existência de uma imprensa livre, independente, credível e forte”.

A classe, representada pelas duas associações do setor – Sindicato dos Jornalistas e Técnicos de Comunicação Social e Ordem dos Jornalistas - propõe que o exercício da profissão de jornalista na Guiné-Bissau deve submeter-se aos seguintes princípios deontológicos:

1. O jornalista deve estar ao serviço do interesse público;
2. O jornalista deve documentar e relatar os factos com rigor e certeza, e interpretá-los com honestidade. Deve ouvir as partes interessadas no assunto, e separar a notícia da opinião;
3. Deve recusar ser instrumento de propaganda política ou de interesses económicos ou de grupos de pressão;
4. Deve rejeitar todas as formas de suborno e pressão sobre o seu trabalho;
5. Deve pautar-se pela isenção, imparcialidade e rigor na abordagem de assuntos de interesse público;
6. Deve ser responsável por todos os seus atos no exercício da profissão de jornalista;
7. Deve respeitar a linha editorial do órgão onde trabalha, desde que esta esteja também de acordo com este código;
8. Deve defender a liberdade de expressão e de imprensa;
9. Não deve aceitar benefícios que vão contra os estatutos do jornalista;
10. Deve salvaguardar a presunção da inocência de arguidos e respeitar o segredo de justiça;
11. Deve sempre salvaguardar o sigilo (segredo) profissional;
12. Deve sempre saber distinguir a notícia da propaganda;
13. O jornalista deve rejeitar o tratamento discriminatório das pessoas em função da raça, etnia, credo, nacionalidade, género, orientação sexual ou política;
14. Deve lutar contra as restrições no acesso às fontes de informação e os atentados contra a liberdade de expressão e o direito de informar;
15. Deve respeitar a verdade sem ter em conta as considerações pessoais;
16. Deve respeitar a dignidade da pessoa humana.

Ao longo deste estudo, recebemos informação sobre novas medidas de controlo das atividades dos media no país, na sequência do fecho das “79 estações de rádio” por parte do governo, através do Ministério da Comunicação Social. A justificação prende-se com o fato daquelas estações não terem regularizado o pagamento das suas licenças de radiodifusão. O Conselho de Ministros da Guiné-Bissau reuniu-se com os seus membros no dia 14 de abril de 2022 e aprovou, com alterações, o Projeto de Decreto sobre a Concessão de Alvará para o exercício das atividades de Radiodifusão cujo teor ainda se aguarda pela sua divulgação.

4.2. Análise jurídica sobre regulação dos media online

Desde a popularização da internet e das redes sociais, a sociedade contemporânea passou a estabelecer novas dinâmicas que romperam com algumas características do processo massivo de comunicação. Com isso, os indivíduos passaram a adquirir maior autonomia na produção de conteúdos e a interagir por meio das redes sociais *online*, gerando uma enorme quantidade de informação sobre eles e a sua forma de ver o mundo. Assim, novos espaços públicos foram estabelecidos e a busca por visibilidade tornou-se condição essencial para a manutenção das redes. Porém, a alta produção de informação vinculada pelos indivíduos faz prosperar novos mecanismos de vigilância.

De acordo com a análise jurídica de Carmelita Pires, apesar de uma leitura cuidadosa da Lei de Imprensa de 1991, pode concluir-se que a sua redação era genericamente aplicável à comunicação *online*, tal como a lei penal do país, a ausência de regulamentação específica provocava certa indefinição, a que se acrescentava a ausência de ferramentas para a prossecução de uma ação inibitória ou punitiva consequente, devido ao ambiente tecnológico e deslocalizado que implicam. É impossível deixar ao cuidado do poder judicial toda a articulação necessária para a sua eficaz aplicação, pelo que só uma iniciativa legislativa empenhada poderia garantir a desejável eficiência. “Não temos conhecimento de qualquer registo de ação judicial intentada na Guiné-Bissau no domínio da comunicação *online* até 2013, data da revogação dessa Lei”. Carmelita Pires

Segundo a advogada e antiga governante, a situação piorou com a substituição da Lei anterior pela atualmente em vigor, consagrando Leis específicas para a Imprensa Escrita, Rádio e Televisão. Essa compartimentação retirou o carácter minimamente abrangente da Lei de 1991, criando um vazio jurídico que já não se justificava nessa altura, atendendo ao desenvolvimento que a internet apresenta no campo mediático.

Isso mesmo apontava o diagnóstico relativo ao Sistema de Justiça na Guiné-Bissau, datado do final de 2013, no seu ponto F, "para além da

ausência de legislação penal e processual guineense que enquadre a sua tipificação, investigação e punição haverá que acautelar que a legislação penal a produzir atente nas especificidades que esta atividade tecnológica coloca com a sua permanente evolução e expansão para se evitar que lei aprovada esteja já desatualizada. Sublinham-se as dificuldades que se colocam ao legislador penal neste tipo de crimes, em função da aplicação territorial da lei (...) a sua ‘porosidade’ transnacional legítima que consideremos esta omissão como uma das graves lacunas do ordenamento jurídico guineense. Não se conhece a existência de qualquer projeto legislativo na Guiné-Bissau relativo ao seu enquadramento penal, substantivo e adjetivo”.

Ainda em 2018, as associações sindicais da classe jornalística validaram igualmente a proposta de lei sobre comunicações online, com bases gerais do regime jurídico aplicável à transmissão e difusão de mensagens, incorporando escritas, imagens e/ou sons, efetuadas recorrendo a meios tecnológicos virtuais, sem suporte físico, vulgarmente designado por internet; excluem-se do âmbito de aplicação do presente diploma as comunicações telefónicas, mesmo que sem fios, bem como a televisão e a rádio, que continuam sujeitas aos respetivos regimes próprios até aqui em vigor.

Até à data do presente estudo, a Guiné-Bissau não dispõe de um instrumento nacional que defina os critérios do exercício da carreira profissional do jornalista, que poderia passar pela criação de uma espécie de comissão de carteira profissional do jornalismo. Esta situação tem contribuído para uma maior vulnerabilidade desta nobre área social, uma vez que, na ausência de regulação, a profissão é banalizada.

5. INSTITUIÇÕES LIGADAS À COMUNICAÇÃO SOCIAL NA GUINÉ-BISSAU

5.1. Organizações da classe jornalística

As organizações da classe jornalística são aquelas que dão apoio aos media, em termos da promoção e defesa dos direitos dos profissionais da comunicação social.

Tabela – III: Lista atualizada de instituições de apoio e defesa da classe jornalística na Guiné-Bissau

#	Instituição	Criação	Localização	Tipo de apoio
1	Rede Nacional das Rádios e Televisões Comunitárias da Guiné-Bissau (RENARC)	2001	Bissau	Estrutura de apoio e coordenação das rádios e televisões comunitárias
2	Sindicato de Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social (SINJOTECS)	2009	Bissau	Defesa dos direitos laborais dos profissionais de comunicação social
3	Ordem dos Jornalistas	2012	Bissau	Defesa da liberdade de expressão e informação, liberdade de imprensa e media
4	Associação das Mulheres Profissionais de Comunicação Social – AMPROCS	2015	Bissau	Defesa dos direitos das mulheres na comunicação social
5	Fórum de Jornalistas Desportivos da Guiné-Bissau	2017	Bissau	Concertação e coordenação da agenda desportiva dos Media Nacionais
6	Confederação Nacional de Imprensa – CONAI	2021	Bissau	Defesa dos direitos laborais dos profissionais de comunicação social

Nos últimos anos, tem-se registado a extinção ou simplesmente a disfuncionalidade de algumas estruturas que outrora representavam os media guineenses em termos de apoios concretos visando a defesa, a promoção e proteção dos profissionais de comunicação social nacional, nomeadamente:

1. **Casa de Imprensa:** oficialmente legalizada no dia 13 de abril de 2002. Prestava apoio ao desenvolvimento técnico; Sensibilização e Concertação; Acesso ao conhecimento e organização e monitoramento dos media (ética e deontologia).
2. **Iniciativa de Formação Móvel para as Rádios Comunitárias (INFORMORAC):** formação, apoio técnico e equipamento dos media.

Entre os vários problemas que afetam as organizações da classe jornalística, podemos citar os seguintes:

- Dificuldades em definir visões estratégicas, incluindo as respetivas projeções orçamentais como instrumentos de gestão dos seus assuntos;
- Falta de meios financeiros e logísticos;
- Falta de um Manual do Pessoal para os Recursos Humanos e de um plano de formação;
- Incapacidade de fixação dos seus membros.

Tais problemas colocam as organizações da classe jornalística numa situação que condiciona o exercício das suas atividades sindicais.

5.2. Instituições Reguladoras

As instituições reguladoras das atividades jornalísticas na Guiné-Bissau têm a competência de controlar as atividades dos media, em geral, desde a atribuição de licenças até ao controlo da qualidade dos conteúdos emitidos por diferentes órgãos.

Tabela – VI: Lista de instituições reguladoras das atividades jornalísticas na Guiné-Bissau.

#	Instituição	Tipo de apoio
1	Ministério da Comunicação Social	Órgão governamental do Estado da Guiné-Bissau responsável pela definição das linhas estratégicas e das políticas gerais de comunicação social nacional, e com competência de atribuição de licenças para início das atividades de comunicação na Guiné-Bissau
2	Conselho Nacional de Comunicação Social	Zelar pelo cumprimento das leis que regem a Comunicação Social
3	Autoridade Reguladora Nacional das Tecnologias de Informação e Comunicação (ARN)	Colaborar com o Governo nas políticas gerais da tecnologia de informação e comunicação e competência em matéria de definição de frequências para atividades de radiodifusão

5.3. Produtora Gráfica

O presente estudo, registou igualmente as empresas que têm prestado serviço de impressão de jornais na Guiné-Bissau e que ainda estão em função.

Tabela – V: lista de empresas tipográficas na Guiné-Bissau.

#	Instituição	Criação	Estatuto	Localização	Tipo de apoio para media
1	INACEP	1978	Empresa pública tipográfica	Bissau	Imprimir jornais
2	Mille Impressão	2010	Empresas tipográficas privadas		
3	360v2	2017			
4	INNOVA-SERVICE	2017			
5	Gráfica Copytop	2017			
6	Central Gráfica	2018			
7	Gráfica Alvalade	2021			
8	Nô Gráfica	2021			

5.4. Empresas de Telecomunicação

Em 2003, o governo da Guiné decide separar os serviços de comunicação móvel dos de comunicação fixa, com o último permanecendo sob coordenação da Guiné-Telecom. Foi criada a subsidiária Guinetel, vocacionada para a telefonia móvel, com capital maioritário da Guiné-Telecom, e minoritário da Portugal Telecom e de um consórcio de funcionários da empresa.

A Guinetel atualmente parada, era a única empresa pública de telecomunicação que o país tinha.

Os dados atuais registam apenas duas empresas de telecomunicação disponíveis na Guiné-Bissau e ambas são empresas privadas que fornecem serviços de internet e comunicação telefónica em todo o país.

Tabela – VI: Lista das empresas de telecomunicações na Guiné-Bissau.

#	Instituição	Criação	Perfil	Tipo de serviço
1	MTN	2007	MTN Guiné-Bissau é um dos dois operadores de redes móveis que servem a Guiné-Bissau. Anteriormente Spacotel Guiné-Bissau S.A., a MTN Guiné-Bissau é uma subsidiária integral do Grupo MTN, sediado na África do Sul.	Fornecimento do serviço público de internet e chamadas telefónicas para os media nacional
2	Orange Bissau	2006	A Orange Bissau faz parte da empresa Sonatel (empresa estatal de telecomunicações do Senegal), copropriedade da France Telecom.	

6. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DOS MEDIA NA GUINÉ-BISSAU

6.1. Órgãos públicos

De acordo com a Lei de Imprensa da República da Guiné-Bissau, os media têm uma função de interesse público, reconhecido como tal, pelo Estado, desde que vise nomeadamente:

- a) A difusão de informação e conhecimentos que contribuam para o aprofundamento da democracia e progresso social;
- b) A formação de uma opinião pública informada e esclarecida;
- c) A difusão da cultura e o reforço da identidade e unidade nacionais;

- d) A promoção do diálogo entre os poderes públicos e a população;
- e) A mobilização da iniciativa e participação populares, nos diversos domínios de atividade;
- f) A defesa da paz, da amizade entre os povos e da solidariedade nacional.

Atualmente a Guiné-Bissau conta com quatro órgãos públicos de comunicação social, a saber:

1. Rádio Difusão Nacional - RDN
2. Televisão da Guiné-Bissau - TGB
3. Agência de Notícias da Guiné - ANG
4. Jornal Nô Pintcha - JNP

6.1.1 Órgãos públicos de comunicação social na Guiné-Bissau

a) A Rádio Difusão Nacional - RDN

A Rádio Difusão Nacional foi instituída em 1974, pelo Estado da Guiné-Bissau, após o reconhecimento da sua independência. Ao longo destes 48 anos, a Rádio Difusão Nacional tem passado por dinâmicas diferentes, bons e maus momentos, conseguindo perdurar no tempo. Emitida a partir da capital, Bissau, em frequências de 104.0 MHZ e com serviços descentralizados através de centros retransmissores em Nhacra, Canchungo, Catió e Gabú, num total de 19 horas de emissão diária que consegue cobrir cerca de 85% do território nacional.

A RDN depara-se, atualmente, com vários problemas e carências, desde equipamentos informáticos, mesa de som, equipamentos para reportagens, emissora, viaturas para deslocações e necessidade de reforço das capacidades do seu pessoal. A Direção da Rádio Difusão Nacional tem sentido falta de apoio do governo da Guiné-Bissau para assegurar as condições básicas de funcionamento da rádio, o que inclui a falta de um edifício próprio.

b) Televisão da Guiné-Bissau

A Televisão da Guiné-Bissau – TGB, foi criada no dia 19 de outubro de 1987 e é, até ao momento, a única televisão pública do país. Atualmente, a rede de emissão conta com um emissor principal de 10 KW, instalado no Centro Emissor de Nhacra (que cobre o Setor Autónimo de Bissau), e dois retransmissores: um no leste, em Gabú, e outro no sul, em Catió.

A TGB funciona num edifício próprio localizado num dos bairros de Bissau e é tutelada pelo Ministério da Comunicação Social. Trata-se de uma televisão que recentemente migrou para o sistema televisivo digital e, já é possível acompanhar a única estação de televisão no país, a partir do Canal Plus e em qualquer parte do mundo, sobretudo junto da diáspora.

Apesar de alguns avanços registados, a TGB também enfrenta grandes problemas no âmbito do cumprimento da sua missão, podendo ser elencadas as necessidades de ordem material, a falta de câmaras de filmagem, computadores, viaturas e insuficiência de fundos para o seu eficiente funcionamento. Chamamos a atenção, igualmente, para necessidade de reforço de competências do seu pessoal, sobretudo, no domínio da ética e deontologia e na relação entre os media e as forças de segurança e defesa. Ultimamente, o órgão tem tratado da promoção de profissionais mulheres, considerando o baixo nível da representação feminina nas suas diversas estruturas orgânicas.

c) Agência de Notícias da Guiné - ANG

A Agência de Notícias da Guiné-ANG, criada a 20 de agosto de 1975, é especializada na recolha de informações e difusão de notícias a partir de diferentes fontes de informação, para fornecer e distribuir conteúdos noticiosos para a comunicação social nacional e internacional.

Tal como as outras instituições públicas de comunicação social nacional, a ANG enfrenta obstáculos diversos para o seu devido funcionamento, nomeadamente: falta de meios de deslocação para cobertura regional de informação; insuficiência quantitativa e qualitativa de recursos humanos qualificados, assim como, equipamento moderno nos serviços de

escritório. A ANG apresenta atualmente um quadro de pessoal com baixo índice de representatividade feminina.

d) Jornal Nô Pintcha

A primeira tiragem oficial do Jornal Nô Pintcha foi publicada no dia 27 de março de 1975. O Jornal *Nô Pintcha*, da imprensa escrita guineense é um “Semanário de Informação Geral” com capacidade de tiragem que varia entre 250 aos 500 exemplares de jornal impresso a cores. O Jornal destaca os assuntos políticos como uma das áreas temáticas prioritárias, incluindo também temas ligados à Sociedade, Opinião, Nacional, Cultura, Desporto e Entrevistas.

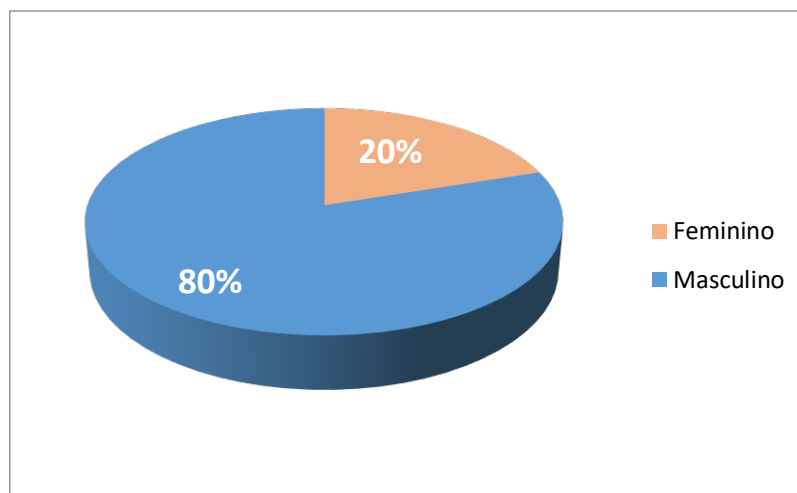
Atualmente, o *Nô Pintcha* possui o seu portal online, concorrendo igualmente com os novos desafios da informação digital, com página na internet.

O Jornal Nô Pintcha tem identificados problemas sérios, com consequências impactantes, no que respeita a sua dinâmica funcional, nomeadamente, a falta de pessoal qualificado para produção de conteúdos de qualidade, falta de equipamento moderno (computadores e câmaras fotográficas). Tal como os outros órgãos públicos, a representação feminina não se faz sentir no Jornal Nô Pintcha.

Tabela – VII: Perfil do pessoal dos órgãos públicos de comunicação social na Guiné-Bissau.

Órgão	Número total do staff	% masculino	% feminino	% Pessoal com curso superior	% Pessoal com curso Médio e profissional	% do Pessoal com 12 ^º ano	Salário mínimo (xof)	Salário máximo (xof)	Edifício
RDN	155	87	13	27	24	49	50.000	350.000	Instalações provisórias
TGB	110	72	28	48	45	7	50.000	350.000	Próprio
ANG	10	60	40	70	10	20	50.000	350.000	Instalações provisórias
Nô Pintcha	11	82	18	64	36	0	50.000	350.000	Instalações provisórias

Gráfico – I: Percentagem do pessoal dos órgãos públicos em função do género.



6.2. Situação atual dos órgãos privados de comunicação social

Rádios privadas

Na Guiné-Bissau, a Rádio *Pindjiguiti*, propriedade do jornalista José Rodrigues Santy, foi o primeiro órgão privado a inaugurar, no espaço da comunicação social, no dia 4 de maio de 1995.

Atualmente, o país estima ter em funcionamento cerca de 48 estações de rádio (entre pública, comunitárias e privadas) que estão a funcionar atualmente e 1 televisão comunitária que ainda trabalha – TV Klelé. Todas dispõem de uma licença provisória de emissão, renovável semestralmente com custos que variam entre 250 mil aos 7 milhões de francos CFA, conforme a tabela - II deste documento.

A maioria das rádios privadas são dotadas de carácter generalista quanto ao jornalismo, isto é, 85% das rádios privadas cobrem e escrevem sobre diversos temas, com foco nos assuntos sociais e políticos, económicos, desportivos e culturais.

O jornalismo de investigação é um género quase que inexistente entre os profissionais da comunicação social do país. Por um lado, por ser um domínio muito sensível dentro de um contexto social e político tão

conturbado, e cujo nível da insegurança é muito alto. Por outro lado, devido à falta de formação sólida dos jornalistas no que respeita a investigação.

No universo das 16 rádios privadas, 9 pertencem a instituições religiosas (Islâmica, Católica e Evangélica) e 7 estações de rádios são comerciais, sendo que 90 % das mesmas funcionam em período de emissão que variam entre 17 e 19 horas, diariamente,, podendo cobrir até 85% do território nacional. Só a Rádio Cidade consegue emitir 24 horas.

As 16 rádios privadas representam 33% do total das rádios existentes no país, estando 88% das mesmas centradas no Setor Autónimo de Bissau. Ainda assim, três instalaram os respetivos retransmissores em Bafatá, Gabú, Buba, Catió e Canchungo.

As restantes 12% das rádios privadas correspondem à existência de dois estúdios de emissão descentralizada da Rádio Sol Mansi localizadas nas cidades de Mansoa e Bafatá, o que faz desse órgão privada da igreja católica, dividido em três estúdios de rádio e uma só direção executiva, considerando por outro lado que, cada um dos três estúdios da RSM tem a sua própria licença provisória de emissão radiofónica.

Das dezasseis rádios privadas, onze funcionam em edifício próprio, as restantes cinco têm os seus estúdios montados nos edifícios particulares adquiridos mediante a celebração de contratos de arrendamento.

Os dados estimam que cerca de 229 profissionais que exercem as suas atividades junto das rádios privadas, a esmagadora maioria é do sexo masculino. Deste número, 89% do pessoal auferem menos de 100 mil francos CFA e quase 71% dos funcionários não têm contratos de trabalho formalizado, nem estão inscritos no sistema de segurança social através do Instituto Nacional da Segurança Social. Factos que colocam em riscos os princípios da independência e objetividade no jornalismo guineense.

Tabela – VIII: Lista das rádios privadas em funcionamento

#	Rádio	Localização	Criação	Frequência (MHz)	Capacidade de emissora	Resumo do perfil
1	Rádio Galáxia de Pindjiquiti	Bissau	1995	95.0	1000 W	Primeira Rádio privada e tem contribuído para a democratização do setor da comunicação social no país
2	Rádio Bombolom	Bissau	1997	106.2	1000 W	Rádio generalista baseada sobretudo em debates de assuntos públicos
3	Rádio Sol Mansi	Mansoa	2001	90.0	1000 W	Rádio da igreja católica que trabalha no âmbito da promoção da paz e do desenvolvimento do cristianismo na Guiné-Bissau.
4		Bissau	2008	101.8	1000 W	
5		Bafatá	2008	101.8	1000 W	
6	Rádio Jovem	Bissau	2005	102.8	750 W	Voz da juventude guineense; debater assuntos de interesse para a juventude é o perfil da RJ
7	Rádio Nossa	Bissau	2005	98.9	1000 W	Rádio da Igreja Universal do Reino de Deus na Guiné-Bissau que visa a promoção da missão evangélica e aborda igualmente assuntos sociais da vida pública guineense.
8	Rádio Luz FM	Bissau	2005	97.1	1500 W	Pertence à Igreja Assembleia de Deus Guineense que promove o Evangelho de Jesus Cristo.
9	Rádio Cidade FM	Bissau	2007	105.6	1000 W	Rádio generalista vocacionada para assuntos juvenis.
10	Rádio Paz	Bissau	2007	89.5	1000 W	Promove a paz e a religião islâmica na Guiné-Bissau.
11	Rádio Sensibilização	Bissau	2010	96.0	2500 W	Rádio dedicada à promoção do Islão na Guiné-Bissau.
12	Rádio Capital FM	Bissau	2015	87.7	2000 W	Rádio generalista cuja vocação é voltada para a comunicação política.
13	Rádio África FM	Bissau	2017	92.0	2000 W	Rádio generalista cuja vocação é voltada para a comunicação política.

“O Perfil dos Media na Guiné-Bissau”

14	Rádio Evangélica Voz da Esperança	Bissau	2019	95.5	500 W	Rádio da Igreja Evangélica da Guiné-Bissau voltada para a evangelização. Aborda igualmente assuntos sociais da vida pública guineense.
15	Rádio Escola São José	Bissau	2021	94.4	600 W	Rádio Educativa da Cooperativa Escolar São José (CESJ), Jericó, Bissau.
16	Rádio Al-Barakah	Bissau	2021	101.4	205 W	Rádio pertencente à fundação Islâmica DIRECT AID – tem como objetivo a promoção do Islão na Guiné-Bissau.

Jornais privados

A Guiné-Bissau conta, atualmente, com apenas dois jornais privados, com capacidade de publicação impressa regular, nomeadamente, o **Jornal Última Hora**, criado em 2007 e o **Jornal “O Democrata”**, fundado em 2012.

Os jornais semanários têm uma capacidade de tiragem atual que varia entre 250 e 500 exemplares impressos, a um custo financeiro que pode atingir os 500 mil francos CFA, cuja venda em Bissau não ultrapassa o tradicional teto máximo de 500 francos, muitas vezes sem incluir as vendas. Política é a área mais abordada, seguida de saúde, educação e direitos humanos. Aqui, existe um jornalismo de investigação, sobretudo no jornal “O Democrata”.

Nos últimos tempos tem-se registado um número preocupante de jornais a fecharem as suas portas, devido a limitações financeiras e/ou pressão política. Salienta-se, por outro lado, as carências de quase tudo, entre materiais e equipamentos, numa lista que vai desde computadores, papel de impressão, câmaras fotográficas, viaturas, gravadores e mobiliário para a redação.

Os desafios são enormes diante das dificuldades financeiras que vêm enfrentando os media guineenses, em geral.

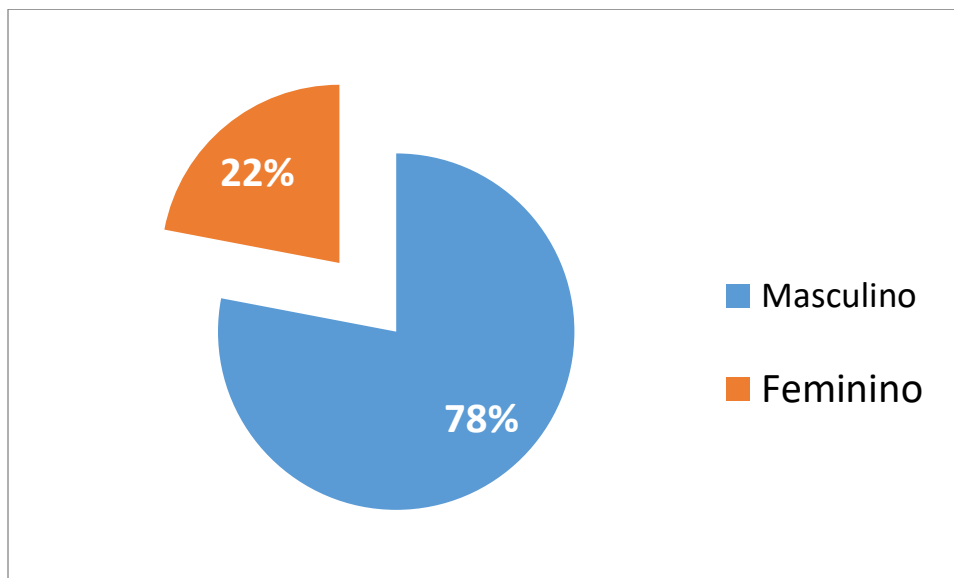
Tabela – IX: Lista de jornais com publicação suspensa.

#	Jornais com Publicação suspensa	Criação
1.	O “Expresso de Bissau”	1992
2.	Correio Guiné-Bissau	1993
3.	Banobero	1994
4.	O Jornal “Voz de Bissau”,	1995
5.	Wandam	1996
6.	Diário de Bissau	1996
7.	Gazeta de Notícias	1997
8.	Fraskera	1997
9.	Kansaré	2004
10.	Baloba de Nobas	2004
11.	Bantaba de Nobas	2007

Foi possível identificar os três principais problemas com impacto negativo sobre a imprensa escrita privada na Guiné-Bissau:

- Fraco volume de venda dos jornais;
- Surgimento das redes sociais e os media digitais;
- Pressão política.

Gráfico – II: Percentagem do pessoal dos órgãos privados em função do género.



Atualmente, apenas em dois órgãos foi possível identificar mulheres em posição de liderança – Rádio Mulher de Bafatá e Rádio Nossa em Bissau, dados que refletem a posição irrelevante das mulheres na liderança dos media guineense.

6.3. Situação atual dos órgãos comunitários de comunicação social

As rádios comunitárias

A existência e função social das rádios comunitárias na Guiné-Bissau é um marco referencial da comunicação social nacional, pois conseguem cobrir quase todo o território nacional, viabilizando uma comunicação radiofónica mais próxima das suas comunidades territoriais, dinamizando a componente etnolinguística da comunicação.

A Guiné-Bissau conta atualmente com 31 rádios comunitárias a funcionar em todas as províncias e regiões do país, sob coordenação da Rede Nacional das Rádios e Televisões Comunitárias da Guiné-Bissau (RENARC), com o papel de estrutura de coordenação e apoio às rádios comunitárias no país.

A grande maioria das Rádios Comunitárias existente na Guiné-Bissau pertence, ou está, de alguma forma, associada a Organizações Não Governamentais ou Associações Locais, visando o desenvolvimento das comunidades locais e o exercício da cidadania.

Estas têm o objetivo de promover uma informação de proximidade e dar a voz às populações rurais, na esteira do direito de expressão, priorizando o diálogo e troca de ideias, valorizando as línguas e culturas locais.

Atualmente cerca de 360 locutores estão ao serviço das 31 rádios comunitárias no país e, desse número, apenas 24% são mulheres. Apesar das referidas rádios disporem de programas de temática feminina, a posição das jovens e mulheres nas atividades da radiodifusão continua ainda muito baixa devido à influência que os princípios ideológicos das comunidades a que pertencem exerce sobre as suas agendas.

Na Guiné-Bissau, quase 100% do pessoal dos órgãos comunitários trabalha a título de voluntariado, podendo por vezes receber subsídios que variam entre 25 e 35 mil francos CFA. Somente o pessoal da Rádio Mulher de Bafatá – RMB (98.0 MHz) é que dispõe de contratos anuais renováveis, com salários que não ultrapassam os 55 mil francos.

A Mulher de Bafatá tem uma nova dinâmica de fazer rádio na Guiné-Bissau, que congrega apenas mulheres, uma agenda influenciada pela baixa participação das mulheres nas esferas das tomadas de decisões, de maneira particular na região de Bafatá. Trata-se de um projeto criado pela Associação de Jornalistas Solidários de Espanha, através de um jornalista espanhol que se interessou pela história de um guineense de uma aldeia de Bafatá, que acabou morto no mediterrâneo quando tentava chegar a Espanha, num processo de emigração clandestina.

O Projeto, lançado a 10 de fevereiro de 2018, conta atualmente com 9 jornalistas – todas jovens de idade que variam entre 18 e 34 anos de idade. A primeira formação que tiveram foi patrocinada pelo extinto Gabinete Integrado das Nações Unidas para Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS), sobre técnicas básicas da programação e comunicação radiofónica e sobre a componente técnica e gestão dos equipamentos da

rádio, através dos consultores Anabela Bull Ramalho – Jornalista da Rádio Sol Mansi e Azy Carlos Beifa – técnico da Rádio Difusão Nacional.

80% das rádios comunitárias não conseguem trabalhar mais de 10h por dia, e algumas passam dias sem poder emitir, devido principalmente à falta de energia elétrica que permita o seu funcionamento. As redes sociais têm complicado ainda mais a situação com a queda de receitas nos anúncios radiofónicos devido ao uso excessivo, sobretudo do Facebook, junto das comunidades.

Tabela – X: Lista das rádios comunitárias

#	Rádio	Localização	Criação
1	Rádio Kassumai	São Domingos	15/12/1995
2	Rádio Uler Abaand	Canchungo	09/10/2006
3	Rádio Rio Cacheu	Cacheu	15/11/2013
4	Rádio Titidjene	Suzana	21/01/1996
5	Rádio EVA	Suzana	06/07/2002
6	Rádio Comunitária Bigene	Bigene	Out/08
7	Rádio Balofom	Ingoré	30/09/2005
8	Rádio Comunitária de Bafatá	Bafatá	16/06/2000
9	Rádio Mulher de Bafatá	Bafatá	10/02/2018
10	Rádio Sintcham OCCO	Gabú	2000
11	Rádio Gandal	Gabú	27/09/2007
12	Rádio Leste FM	Gabú	
13	Rádio Evangélica	Gabú	2014

“O Perfil dos Media na Guiné-Bissau”

14	Rádio Colinas de Boé	Boé	Mai/05
15	Rádio Voz de Pitche	Pitche	14/04/2004
16	Rádio Sancorla	Cambadju	04/04/2011
17	Rádio Esperança Bolama	Bolama	2019
18	Rádio Bijagós	Bubaque	2005
19	Rádio Djan-Djan	Bubaque	1999
20	Rádio Voz de UROK	Ilha de Urok	2010
21	Rádio Kossena	Ilha de Formosa	2005
22	Rádio Okinka Pampa	Orango	2010
23	Rádio Lamparam	Iemberem - Bedanda	07/02/1996
24	Rádio Papagaio	Buba	17/03/2002
25	Rádio Educativa de Catió	Catió	22/04/2010
26	Rádio Voz de Paz	Cacine	2014
27	Rádio Djalicunda	Mansaba	2001
28	Rádio Ndjéropa Có	Ondame	04/11/2009
29	Rádio Nova	Quinhamel	25/03/2012
30	Rádio Voz de Quelelé	Bissau	1994
31	Rádio Evangélica	Bissau	23/11/2019

Principais problemas que afetam as rádios comunitárias:

- Fraca capacidade em gerar fundos;
- Falta de estruturas orgânicas funcionais;
- Insuficiência de equipamentos, tais como, computadores, micros e emissora;
- Problemas de eletricidade;
- Incapacidade de fixação do pessoal.

Os factos elencados têm contribuído fortemente para o fecho de várias rádios, afetando principalmente os órgãos comunitários conforme a lista que se segue.

Tabela – XI: Lista das rádios com emissão suspensas.

#	Órgão	Localidade	Perfil
1	Rádio Viva	Bula	Comunitária
2	Rádio RECOM	Mansoa	Comunitária
3	Rádio Macaré	Bissau	Comunitária
4	Rádio Voz de Antula	Bissau	Comunitária
5	Rádio ALTERNAG	Bissau	Privada
6	Rádio Voz de Cuntum	Bissau	Comunitária
7	Rádio Babok	Canchungo	Comunitária
8	Rádio Wakilare	Contuboel	Comunitária
9	Radio Algodão	Gabú	Comunitária
10	Rádio Phoenix	Bissau	Privada
11	Rádio Number One	Gabú	Comunitária
12	Rádio Mavegro	Bissau	Privada
13	Rádio Tropical	Bissau	Privada
14	Rádio Rural	Bissau	Comunitária

Televisões Comunitárias

As televisões comunitárias são, pela sua natureza, importantes parceiros na luta contra a pobreza, reforço da coesão social e desenvolvimento socioeconómico.

A Guiné-Bissau não tem nenhuma televisão privada, e conta atualmente com apenas uma televisão comunitária. A televisão comunitária é um verdadeiro instrumento de comunicação para o desenvolvimento participativo e instrumento essencial para a melhoria das condições de vida das pessoas e de promoção de mudanças positivas na sociedade. Trata-se da TV Klelé, a única televisão comunitária que ainda consegue produzir conteúdos e fazer a sua divulgação nas comunidades onde intervém.

Ao todo, existiram 4 televisões comunitárias no país, conforme a lista baixo:

Tabela – XII: Televisões comunitárias registadas

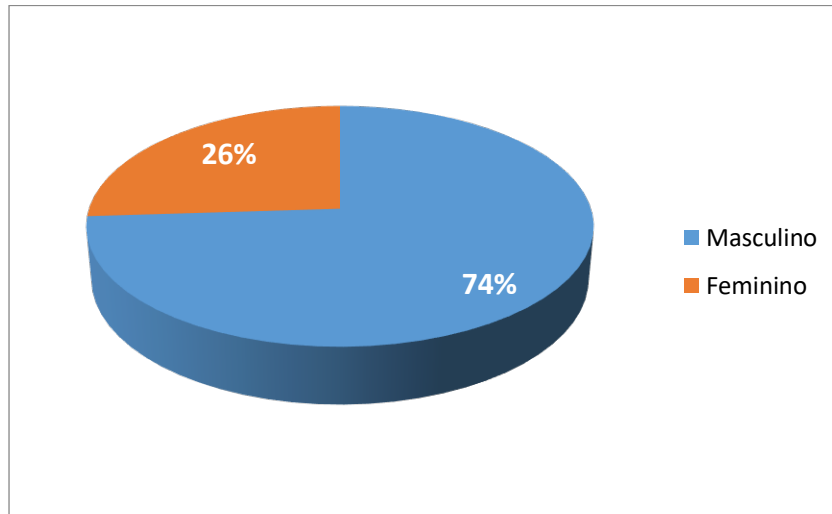
Órgão	Localização	Status
TV Comunitária de Quelelé	Bissau	Funcional
TV Comunitária Pkis Utchak	Canchungo	Parada
TV Mansar	Iemberem	Parada
TV Bagunda	São Domingos	Parada

Jornal comunitário

O Jornal Comunitário “Dia-Dia de Quelé” foi o único jornal comunitário que conseguiu fazer algumas publicações retratando a vida da comunidade de Quelelé, um dos bairros da cidade de Bissau.

Não foi fácil a sua afirmação e, associado aos problemas conjunturais da imprensa escrita do país, o “Dia-Dia de Quelé” não sobreviveu à tempestade.

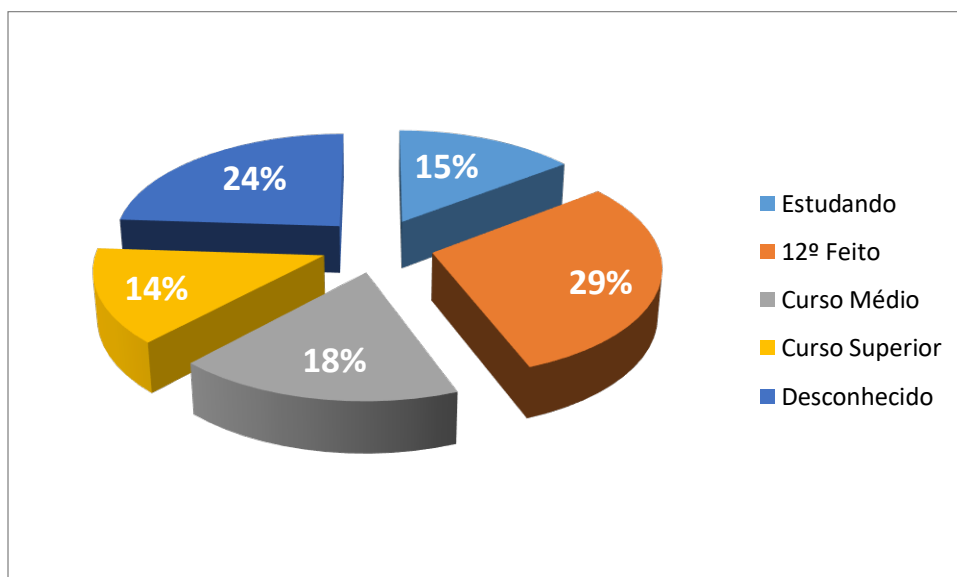
Gráfico – III: Percentagem do pessoal dos órgãos comunitária em função do género.



6.4. Quadro atual das habilitações literária dos profissionais da comunicação social na Guiné-Bissau

O presente estudo do perfil dos media na Guiné-Bissau recolhe informações sobre as habilitações literárias dos profissionais que, atualmente, exercem a sua atividade na comunicação social do país. Registam-se cerca de 676 comunicadores, entre jornalistas e técnicos, estratificados em categorias diferentes conforme o gráfico que se segue.

Gráfico – IV: Quadro atual das habilitações literárias dos profissionais de comunicação social na Guiné-Bissau.



6.5 . Media Online

Assim como a comunicação tradicional trouxe novas perspetivas para o público, oferecendo informações e destacando ideias, **os meios de comunicação online são canais onde a informação pode ser difundida**, trazendo grandes diferenças que renovaram a maneira de fazer comunicação e marketing. Suas características mais marcantes são:

- Capacidade de segmentar e personalizar as mensagens;
- Superação das barreiras geográficas da comunicação;
- Lógica multilateral, na qual a comunicação funciona muito melhor numa dinâmica de todos para todos;
- Possibilidade de acompanhar medidas concretas sobre as ações e até mesmo sobre o comportamento do consumidor.

Na Guiné-Bissau, a digitalização é a nova abordagem de comunicação social aplicada em quase todas as estruturas de comunicação existentes no país. A maior parte das rádios privadas e comunitárias, assim como a televisão nacional, estão a experimentar a emissão online dos seus conteúdos, utilizando diferentes plataformas digitais.

Foi difícil filtrar diferentes plataformas online dos media guineense, entre as páginas dos ativistas políticos, bloggers e canais dos diferentes órgãos existentes no país. Contudo avançou-se com seguintes dados:

Tabela – XIII: Lista atual de plataformas digitais na Guiné-Bissau.

#	Nome	#	Nome
1	Rádio Bantaba	12	TV Obulum
2	Bissau Online	13	Donos da Bola
3	Capital News	14	Ditadura e Consenso
4	Guiné-Bissau DW	15	Fut 245
5	GNB Diário de Notícias	16	CAP-GB
6	Jornal Nô Pintcha	17	Canal Djurtus
7	Jornal O Democrata	18	Nô sta Djunto
8	Portal Guigui	19	Rádio Jovem
9	Lusa	20	Última Hora
10	ANG	21	Rádio Novo Tempo
11	O Golo GB	22	Donos da Bola

Tabela – XIV: Lista atual de órgãos Internacionais com delegacia na Guiné-Bissau.

#	Órgãos Int. com delegação na GNB
1	RTP África
2	RDP África
3	LUSA

6.6. Retransmissores de conteúdos dos media na Guiné-Bissau

Devido às limitadas capacidades dos órgãos de comunicação social nacionais, as direções dos mesmos foram baseando as suas estratégias em ampliar o raio de cobertura, pautando pela dinâmica de descentralização dos seus serviços, através da instalação de antenas de retransmissão em

localidades estratégicas nas regiões do país. A mesma estratégia é igualmente aplicada pelos órgãos internacionais que operam no país, conforme o quadro que se segue.

Tabela – XV: lista atual de retransmissores na Guiné-Bissau.

#	Entidade	Localidade
1	Retransmissor Real FM	Buba
2	Retransmissor Real FM	Gabú
3	Retransmissor TGB	Catio
4	Retransmissor TGB	Nhacra
5	Retransmissor TGB	Gabú
6	Retransmissor RTP África	Nhacra
7	Retransmissor RDP África	Catio
8	Retransmissor RDP África	Gabú
9	Retransmissor Rádio Golo FM	Nhacra
10	Retransmissor Rádio Sol Mansi	Gabú
11	Retransmissor Rádio Sol Mansi	Catio
12	Retransmissor Rádio Sol Mansi	Canchungo
13	Retransmissor RDN	Canchungo
14	Retransmissor RDN	Catio
15	Retransmissor RDN	Gabú
16	Retransmissor RFI	Nhacra
17	Retransmissor RFI	Catio
18	Retransmissor RFI	Gabú
19	Retransmissor R. África FM	Bafatá
20	Retransmissor R. África FM	Buba
21	Retransmissor R. África FM	Canchungo
22	Retransmissor R. Sensibilização	Bafatá
23	Retransmissor R. Novo Tempo	Gabú

Aos retransmissores são igualmente aplicadas as mesmas medidas de controlo por parte das entidades reguladoras da comunicação na Guiné-Bissau, devendo, cada um, pagar regularmente a sua própria licença de difusão dos seus conteúdos.

Ao longo deste estudo, foi-nos partilhada uma lista de órgãos que o Ministério da Comunicação Social produziu no âmbito do controlo das atividades de radiodifusão, no que toca à renovação das licenças. Desta lista, fomos filtrando o seu conteúdo e isolámos algumas rádios que já têm as suas frequências definidas pela Autoridade Reguladora Nacional das Tecnologias de Informação e Comunicação da Guiné-Bissau (ARN), mas que nunca chegaram a emitir ou que não tiveram o reconhecimento público da sua existência.

Tabela – XVI: Lista de rádios por confirmar a sua existência.

#	Órgão	Localização
1	Rádio AGUMO	Mansoa
2	Rádio Janjamaa	Bafatá
3	Rádio Esperança Para Ilha dos Bijagós	Uno
4	Rádio Popular FM	Bissau
5	Rádio Kussunde FM	Safim
6	Rádio Real FM	Bissau
7	Rádio Vida	Bissau
8	Rádio Universitária	Bissau
9	Rádio Comunitária Empada	Empada
10	Rádio Viva Maná Igreja Cristã	Bissau
11	Rádio Tchete Binhin	Barro

7- Os media na Guiné-Bissau têm mantido uma boa relação com certas estruturas sociais como o poder tradicional, o poder religioso, organizações da sociedade civil e organismos internacionais. A última, tem sido um importante suporte que os órgãos da comunicação social nacional dispõem, destacando as agências das nações unidas, **CONSTRANGIMENTOS QUE OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ENFRENTAM**

7.1. Dimensão sociopolítica

Apoios institucionais

que sempre têm apoiado os atores dos media e imprensa, no geral, nas suas agendas quotidianas.

O Projeto IANDA Guiné, financiado pela União Europeia, tem vindo a apoiar os media através do seu pacote programático de reforço da capacidade organizacional dos órgãos de comunicação social, com a aquisições de equipamentos e capacitação técnica dos funcionários, cujo valor global é de 4,5 milhões de francos CFA, disponibilizado mediante apresentação de propostas técnicas e financeiras, seguida de orientações metodológicas e formações visando a execução do projeto. Atualmente, 11 rádios comunitárias já receberam apoio financeiro que varia entre 3 e 4,5 milhões de francos CFA.

Relação com os políticos

A relação entre os media e os partidos políticos na Guiné-Bissau apresenta um certo grau de suscetibilidade, o que, por vezes, pode originar choques e hostilidades em relação aos conteúdos jornalísticos aquando da cobertura de eventos político. Os jornalistas participantes da celebração do dia Mundial de Liberdade de Imprensa, a 3 de maio de 2022, realizada em Bissau – Hotel Lisboa, consideraram que militantes e assessores de imprensa dos partidos políticos violam frequentemente o exercício da liberdade de imprensa, quando dão conferências de imprensa, tentando limitar ou impedir a livre ação de interpelação e, por vezes, promovendo tentativas de intimidação.

7.2. Situação financeira

A situação financeira dos media na Guiné-Bissau está associada à fraca dotação orçamental por parte dos governos, através do Orçamento Geral do Estado (OGE). As relações de parcerias foram tidas como caminho alternativo para os media guineense.

Em 2021, o governo da Guiné-Bissau introduziu novos impostos, uma medida fiscal promulgada pelo Presidente da República Umaro Sissoco Embaló, destacando o imposto sobre as telecomunicações que, segundo o titular do Ministério das Finanças, João Aladje Fadia, o fundo em causa vai servir para investimento público e para melhorar a comunicação social pública.

Enquanto se espera pela efetivação dessas e outras medidas, os órgãos de comunicação social na Guiné-Bissau continuam a deparar-se com problemas que afetam as suas dinâmicas de funcionamento, contribuindo negativamente, levando, mesmo, ao fecho de alguns órgãos de comunicação social no país.

Cerca de 29% dos órgãos de comunicação social estão a funcionar em edifícios arrendados, pagando mensalmente alugueres que variam entre os 20 mil aos 50 mil francos para as rádios comunitárias, considerando que 75% das mesmas não conseguem arrecadar mais de 80 mil francos em receitas variadas provenientes de serviços como, *spots* publicitários, comunicados e programas radiofónicos dos parceiros.

A situação é ainda mais complicada para os órgãos privados, com custos de arrendamento mensais podendo chegar até aos 250 mil francos CFA, que não inclui custos de energia elétrica e água, sem falar ainda das outras obrigações fiscais, conforme os instrumentos nacionais que regulam as atividades dos media na Guiné-Bissau. Estas despesas dependem exclusivamente das receitas mensais destes órgãos privados, dos quais apenas 30% têm a capacidade de gerar receitas, podendo chegar até 1,5 milhões de franco CFA, mensalmente.

O surgimento das redes sociais evidencia a frágil situação dos media na Guiné-Bissau, baixando a capacidades de fazer receitas através de *spots* publicitários e comunicados, devido às novas tendências de divulgação dos conteúdos baseados na utilização das plataformas digitais.

Os factos acima mencionados, demostram a fragilidade económica dos media na Guiné-Bissau, o que reflete negativamente na condição do trabalho de cada profissional de comunicação social, considerando que a

situação financeira dos órgãos não tem conseguido criar condições básicas que garantam o pagamento regular do salário ao seu pessoal e muito menos garantir a segurança social dos seus funcionários.

7.3. Principais necessidades dos media na Guiné-Bissau

1. Formação do pessoal (jornalistas) para o exercício do jornalismo de qualidade;
2. Formação dos técnicos sobre gestão e manutenção dos equipamentos de rádios e televisão;
3. Formação dos jornalistas e técnicos de comunicação social sobre instrumentos de comunicação digital;
4. Criação de pacotes especiais de formação e apoio para jovens e mulheres jornalistas;
5. Formação de pessoal dirigente dos media em matéria de gestão dos órgãos de comunicação social;
6. Reforçar as capacidades logísticas e equipamentos dos órgãos de comunicação social;
7. Formação dos dirigentes sindicais da classe jornalística sobre monitorização da comunicação social, em termos dos conteúdos e tentativas de limitar liberdades de imprensa e liberdade de expressão;
8. Construção de edifícios próprios para órgãos públicos;
9. Capacitação das organizações de classe sobre planificação estratégica e orçamental;
10. Definição de um manual para o pessoal dos media nacionais;
11. Órgãos da classe jornalística devem assinar protocolos para assistência jurídica e médica para jornalistas no exercício das suas atividades;
12. O Estado deve subvencionar os media nacionais;
13. O Estado deve apoiar os media nacionais, reduzindo cobranças e aplicar uma isenção financeira sobre as rádios comunitárias com fraca capacidade económica;
14. O Conselho Nacional de Comunicação Social deve monitorar a atuação dos órgãos de comunicação social;
15. Criação da Comissão de Carteira Profissional para uma gestão ética e deontológica da profissão de jornalista, na Guiné-Bissau; e também

atribuir, renovar, suspender ou cassar os títulos de acreditação dos profissionais da comunicação social.

7.4. Qualidade da informação versus liberdade de imprensa e de expressão na Guiné-Bissau

Neste estudo do perfil dos media na Guiné-Bissau, foram inqueridas por volta de 120 pessoas, entre jornalistas e diretores de diferentes órgãos de comunicação social no país, mediante a aplicação de uma ficha do inquérito que contém tabelas de cotação sobre diferentes indicadores.

No ponto 19 do referido documento, formulou-se seguinte questão: Em que posição colocaria o respeito pelas regras éticas e deontológicas do jornalismo na Guiné-Bissau? Na ordem de pontuação de 0 a 10 valores, 90% dos inqueridos deram nota negativa (não mais de 5 pontos) sobre o exercício das atividades jornalísticas no país, justificando a falta de objetividade e fortes tendências de posicionamento político por parte dos jornalistas, chegando alguns ao ponto de se revelarem publicamente as suas agendas políticas partidárias, em pleno exercício da sua carreira profissional, enquanto jornalistas.

A produção de conteúdos de qualidade, baseados em factos eticamente corretos, é muito improvável nos media guineense, dando lugar a mensagens de radicalização e extremismo violento.

Os factos em questão têm produzido debates à volta da profissão de jornalista na Guiné-Bissau, frequentemente indiciada por tendências de ingerência nos assuntos políticos, através de tomadas de posição, por simpatia ou militância política.

O ponto 29 da mesma ficha de inquérito tentou compreender a situação da liberdade de imprensa e da liberdade de expressão na Guiné-Bissau, lançando a seguinte questão: até que ponto você diria que as disposições universais sobre a liberdade de expressão são respeitadas no país?

Entre os inquiridos 98% deram nota negativa quanto ao respeito pela liberdade de imprensa e pela liberdade de expressão no país, situação agravada com os eventos dos últimos três anos.

A presidente do Sindicato dos Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social, Indira Correia Baldé, numa entrevista à Deustsche Welle – voz de Alemanha, considerou que o ano 2021 foi um ano difícil para os profissionais de comunicação social guineenses, por ter sido marcado pela violação dos direitos e liberdades dos jornalistas, por agressões físicas e verbais, despedimentos sem justa causa e acesso a fontes de informação restringidas, citando alguns exemplos:

- Para o balanço do primeiro ano do mandato do atual Presidente da República, o gabinete de comunicação da presidência só convidou órgãos públicos e uma rádio privada;
- O jornalista da rádio capital FM, Adão Ramalho, foi espancado por homens de segurança da presidência da república quando cobria a chegada do líder do PAIGC;
- O blogger Aly Silva foi raptado e espancado por homens armados ainda não identificados;
- Jornalistas: Sumba Nansil e Sabino dos Santos, ambos da Rádio Capital FM, ficaram sujeitos a termo de identidade e de residência devido aos seus posicionamentos no âmbito do processo de ataque à Rádio Capital FM;
- O jornalista da Rádio Bombolom, Sulai Seide, foi espancado e detido na segunda esquadra da polícia em Bissau, quando cobria a marcha dos alunos que reivindicavam o regresso às aulas nas escolas públicas;
- Cerca de 10 jornalistas foram suspensos da Televisão Nacional. O jornalista Baducaram Imbenque foi a primeira vítima, por não ter entrevistado o Presidente da República que arbitrava o jogo entre membros do governo e da Assembleia Nacional Popular.

Em julho de 2020, a Rádio Capital foi atacada por um grupo de homens armados desconhecidos que invadiram a estação da rádio e destruíram o

equipamento de transmissão. A CFM suspendeu as suas emissões durante algum tempo e o caso foi encaminhado para justiça e arquivado posteriormente, alegando, a falta de evidências para julgamento.

No dia 8 de fevereiro de 2022, mais uma vez, um grupo de homens armados não identificados atacou o estúdio da Rádio Capital FM, atirando indiscriminadamente contra equipamentos e contra funcionários, o que resultou na destruição de equipamento e no ferimento de alguns daqueles membros, como os repórteres Maimuna Bari, Bala Sambú, e Ansumane Sow, os técnicos de rádio Lassana Djassi, Bakar Kuiaté, e Alssene Kandé, e o funcionário administrativo Sana Mancal, quando tentavam escapar do primeiro piso para o rés-do-chão, saltando uma altura de 3 metros.

A Guiné-Bissau tem presenciado vários casos de ataques contra ativistas políticos e jornalistas. Segundo a Liga Guineense dos Direitos Humanos, o atual Presidente da Guiné-Bissau, Umaro Sissoco Embaló, adotou a "implantação do terror" para limitar a liberdade de expressão dos cidadãos guineenses. Augusto Mário Silva, presidente desta organização, afirma que o Chefe de Estado criou um "esquadrão de repressão" que limita a liberdade dos cidadãos. Várias organizações da sociedade civil guineense denunciaram em julho de 2020, numa Carta Aberta dirigida aos Órgãos de Soberania, que a Guiné-Bissau estava em risco de perder o pouco que conseguiu em 22 anos de democracia, devido a ameaças graves às liberdades de expressão e de imprensa. Num discurso de 2018, o antigo Presidente da República José Mário Vaz defendia que “as liberdades de expressão, de manifestação e de imprensa devem ser preservadas e protegidas” e que os cidadãos deviam "poder exprimir-se livremente, exporem as suas opiniões, sem serem incomodados". DW Guiné-Bissau

8. RECOMENDAÇÕES – um jornalismo com objetividade é possível diante das pressões políticas e financeiras

À medida que o ecossistema dos media se diversifica e se abre cada vez mais, depois de décadas de estrito controlo estatal, o jornalismo inovador e independente promoveu a transparência e a responsabilidade do governo, contribuindo ativamente para a melhoria do desempenho da boa governação no continente.

O jornalismo existe em democracia, mas parece-me mais importante afirmar que o jornalismo gera democracia. Permite que a democracia seja uma realidade também ela controlada. Embora haja o risco de a atividade jornalística poder ser invadida, com interferências na liberdade de expressão, este sector mantém controladas as instituições democráticas, atribuindo à população o conhecimento e as informações que permitem julgar, criticar e formar uma opinião.

Fernando Jorge Pereira, jornalista sénior guineense considera que a falta de subvenção para o setor da comunicação social, por parte do Estado da Guiné-Bissau, tem condicionado o vigente estatuto económico e financeiro dos media no país e, com consequências nocivas, a falta de autonomia da classe jornalística nacional. Para Fernando Jorge, o quadro económico reduziu a dinâmica dum jornalismo mais crítico e virado para a investigação dos factos, devido à carência de recursos financeiros. Sublinhando a ideia de que a pressão política contra os jornalistas é um facto inevitável, mesmo em países com uma democracia consolidada. Assim, os profissionais de comunicação social são vítimas de represálias por parte dos atores políticos, sendo-lhes, por vezes, limitado o acesso a fontes de informação políticas ou estatais, como tentativa de promover o controlo sobre independência dos media.

Questionado sobre a tendência do jornalismo de militância política na Guiné-Bissau, Nanjo, como é chamado entre colegas, sublinhou que a realidade remonta aos velhos tempos, isto é, desde a abertura democrática do país, os jornalistas têm sido utilizados como instrumentos de comunicação e propaganda política, por algumas lideranças no poder, influenciando o declínio da profissão que opta por uma vida política mais

ativa no que respeita os profissionais daquela época. Em particular, os órgãos públicos são sempre reféns do sistema político e controlados quase que permanentemente pelo partido no poder.

“Por detrás duma agência ou órgão de comunicação social na Guiné-Bissau, está um político, ou como proprietário ou como financiador”. Fernando Jorge Pereira

Em gesto de aconselhamento, Jorge Pereira acredita que, o apoio aos media, através de programas de subvenção estatal, seria salutar para um bom desempenho do trabalho jornalístico nacional.

Os diretores dos media devem poder definir modelos económicos capazes de melhorar a sua situação financeira. Deve, ainda, ser acompanhado pelo reforço das capacidades técnicas na produção de conteúdos de qualidade e associada a necessidade de uma educação moral baseada no respeito pelas regras de ética e deontológicas da classe, o que pode gerar maior credibilidade dos órgãos de comunicação social em relação aos parceiros internacionais e favorecer a angariação de receitas.

Perante as pressões políticas, o Conselho Nacional de Comunicação Social deve procurar ser mais independente e ativo no controlo, gestão de conteúdos jornalísticos, devendo monitorizar as atividades dos media nacionais, à luz do cumprimento das regras jornalísticas.

Quanto aos órgãos da classe, estes devem ser capazes de monitorizar, documentar e reportar tudo sobre dinâmica da profissão e problemas com que a classe jornalística na Guiné-Bissau se depara.

9. CONCLUSÃO

Qualquer setor estratégico que pretenda posicionar-se fortemente no mercado ou no setor da sua intervenção deve contar com uma sólida base de dados sobre o seu perfil existencial, para poder organizar-se e tirar os maiores dividendos possíveis; esta é a verdadeira importância das bases de dados.

No que refere a pesquisa na área da comunicação social na Guiné-Bissau, ainda há muito a fazer, contudo, ao longo do trabalho procurámos uma visão geral do perfil dos media na Guiné-Bissau, com ênfase no estatuto financeiro, questão de ordem logística e a relação de género.

Durante o processo de tratamento dos dados, foi possível fazer uma análise dos processos políticos e sociais que o país viveu, para estabelecer uma relação entre a situação de deterioração em que se encontram os media na Guiné-Bissau, atualmente, e os conflitos e instabilidades políticas, violações da Lei de Imprensa e liberdade de expressão no país. Os governantes guineenses estão no topo da violação de tais dispositivos legais, resultando no aumento da ingerência do Governo nos órgãos de comunicação estatais. O direito ao acesso à informação não está garantido e os jornalistas continuam a autocensurarem-se quando fazem a cobertura das deficiências do governo, ao crime organizado e à contínua influência militar.

Alguns jornalistas fugiram para o estrangeiro devido a ameaças e intimidações. A Guiné-Bissau, subiu do 95.º para o 92.º lugar no que respeita os indicadores básicos de Liberdade de Imprensa. A Repórter Sem Fronteiras – RSF, regista um ambiente difícil para o jornalismo, com uma "marcada deterioração da segurança para jornalistas, a par de pressões políticas e económicas". "Os jornalistas têm de lidar com uma instabilidade política crónica, como se viu novamente com a tentativa de golpe de fevereiro de 2022. A pressão é constante", escrevem os analistas da Repórter Sem Fronteiras.

Mediante análise feita a partir de alguns indicadores, podemos constatar que os media na Guiné-Bissau estão, atualmente, desprovidos de meios

financeiros e fracos apoios institucionais e isso impede o processo de desenvolvimento do setor. Órgãos da classe têm sido limitados nas suas intervenções de promoção e de defesa dos seus membros devido às limitações estatutárias e condições financeiras.

A organização de classe tem sido limitados nas suas intervenções de promover e defender os seus associados, devido a limitações estatutárias e condições financeiras.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e artigos

- **OS MEDIA NA GUINÉ-BISSAU - António Soares Lopes (Tony Tcheka) Bissau, 2015**
- Gerson Luiz Scheidweiler Ferreira – O PARADOXO DO CONTROLE NAS REDES SOCIAIS ONLINE, Brasília 2013, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
- **UNIOGBIS: RELATÓRIO FINAL CONSULTORIA NACIONAL “DIREITO DOS MEDIA NA GUINÉ-BISSAU”** – Carmelita Pires, 2018
- Grande Inquérito sobre o uso e consumo de informação pela população da Guiné-Bissau – CESOP: Centro de Estudo e Sondagens de Opinião
- **SINJOTECS**: proposta do código deontológico e regulação dos media online

11. ANEXOS

Anexo 1: Ficha de inquérito aplicada durante o estudo



Plano de Estudo Sobre
“O Perfil dos Media na Guiné-Bissau”

Questionário básico para Órgãos de Comunicação Social

1. Entidade: _____, data de criação: ___/___/___

1.1. Edifício próprio? _____

a) Endereço: _____

b) Frequência: _____

c) Licença: _____

d) Tempo de emissão diária: _____

e) Capacidade da emissora: _____

f) Receita mensal: Min. _____; Máx. _____.

3. Nome do responsável/diretor: _____

4. Contacto: _____

5. Número de trabalhadores a tempo inteiro por sexo: ___/___/___

5.1. Faixa etária: min. _____ máx. _____.

6.

a. Nível de Escolaridade:

12º: _____/F _____/M _____

Médio: _____/F _____/M _____

Superior: _____/F _____/M _____

b. Número de Colaboradores: _____/F _____/M _____

c. Número de Correspondentes: _____/F _____/M _____

d. Pessoal com formação certificada: _____/F _____/M _____.

7. Salários em vigor por categoria: _____

8. Departamentos que integram o órgão: _____

9. Principais áreas temáticas por ordem de prioridades: _____

10. Indique as necessidades de formação do pessoal, especificando, com rigor: _____

11. Descreva as principais necessidades em termos de material/equipamento: _____

“O Perfil dos Media na Guiné-Bissau”

12. No quadro das iniciativas o que espera do AMPROCS? _____

13. Que balanço faz das parcerias desenvolvidas com organizações locais e internacionais _____

14. Que tipo de relação existe entre as autoridades e os media? _____

15. E com os partidos políticos, em geral? _____

16. E com as autoridades tradicionais e locais? _____

17. Como avalia a situação da liberdade de imprensa e de expressão nos últimos anos na Guiné-Bissau? _____

18. Que avaliação faz das estruturas de apoio e defesa da classe jornalística no que refere os problemas que afetam a classe? _____

19. Em que posição colocaria o respeito às regras éticas e deontológicas do jornalismo na Guiné-Bissau:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Coloque um sinal X

20. Há tendências de censuras no seu órgão?

21. Qual a posição das mulheres jornalistas no seu órgão? _____

22. Comente as lideranças no seu órgão tendo em consideração o género.

22.1. Que recursos dispõe o seu órgão para promover os direitos dos profissionais da Comunicação Social, particularmente as mulheres? _____

22.2. O que tem o seu órgão feito para melhorar a situação das mulheres profissionais da Comunicação Social? _____

22.3. O seu órgão tem dificuldades em documentar e relatar as questões de género? Exemplo?

22.4. Ao nível de programação há temas ligados ao Direito das Mulheres? Se sim, especificar: denominação, frequência e duração.

23. O pessoal do seu órgão está assegurado nos programas de segurança social?

“O Perfil dos Media na Guiné-Bissau”

24. Enumere os temas mais abordados na vossa programação: _____

25. Estabeleça uma ordem dos meios de comunicação mais impactante no país: _____

26. Quais as dificuldades de ordem funcional e financeira que o vosso órgão enfrenta? _____

27. Que medidas pode o Governo adotar para melhorar as condições de trabalho nos meios de comunicação social? _____

28. Houve períodos em que foram obrigados a interromper a emissão? Quais foram as razões? _____

29. Até que ponto você diria que as disposições universais sobre a liberdade de expressão são respeitadas no país?

29.1.cotação: _____

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

30. Em média, qual a incidência de violações registadas, por ano, (nos últimos três anos), em termos de:

1. Liberdade de imprensa e liberdade de expressão, em particular?


31. Pensa que as instituições estatais relevantes (policia, militares, órgãos reguladores, judiciário, Comissão de Direitos Humanos) entendem e tomam medidas ativas para tratar de casos de violação dos direitos humanos, de liberdade de imprensa e de liberdade de expressão (offline e online) no país?

32. Que disposições regulamentares e medidas específicas foram tomadas para abordar estas incidências?

GRATOS PELA COLABORAÇÃO

Consultor: Ivanildo Paulo Bodjam

Anexo 2: Despacho conjunto dos Ministérios da Comunicação Social e das Finanças sobre o pagamento de licenças de radiodifusão


REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU
MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

DESPACHO CONJUNTO RELATIVO A REINTRODUÇÃO DE PAGAMENTO PARA A ATRIBUIÇÃO DE LICENÇA PROVISÓRIA AOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Considerando urgente a necessidade de regulamentar as atividades no domínio do audiovisual com vista a uma maior organização de atribuição de licença provisória para a abertura de órgãos de comunicação social;

Após alguns anos de suspensão do pagamento da atribuição de licença provisória aos órgãos de comunicação social, entendeu-se que essa situação impede o Tesouro Público de captar receitas e tem incentivado a proliferação de licenças.

Ciente da necessidade de captação de receitas para o Tesouro Público assim como para fazer funcionar os serviços do Ministério da Comunicação Social;


1. O Ministro da Comunicação Social e o Ministro do Estado da Economia e Finanças no âmbito das suas competências determinam, nos termos da al. b), n.º 1 do art.º 100.º da Constituição, a reintrodução da seguinte soma pecuniária para a atribuição de licença provisória dos órgãos de comunicação social de acordo com a seguinte tabela:

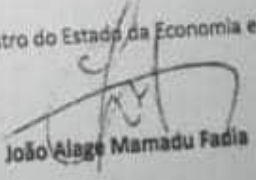
N.º	ÓRGÃO	VALOR (F cfa)
1	Estação televisiva de cobertura nacional	7 000 000
2	Estação televisiva de cobertura comunitária	2 000 000
3	Renovação de licença provisória da televisão	1 000 000
4	Estação radiofónica de cobertura nacional	1 500 000
5	Estação radiofónica de cobertura comunitária	250 000
6	Renovação de licença provisória da rádio	250 000
7	Publicações e periódicas	250 000
8	Autorizações de filmagens	500 000


2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

CUMPRÁ-SE.

Bissau, 05 de Abril de 2017

O Ministro da Comunicação Social

Victor Gomes Pereira

O Ministro do Estado da Economia e Finanças

João Alage Mamadu Fadia



Anexo 3: Capa do artigo sobre media na Guiné-Bissau

OS MEDIA NA GUINÉ-BISSAU



António Soares Lopes (Tony Tcheka)
Bissau, 2015

Anexo 4: Capa do Relatório Final CONSULTORIA NACIONAL - “DIREITO DOS MEDIA NA GUINÉ-BISSAU”



